



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680459 - SP (2021/0220886-9)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : MARIANA JORGE TODARO
ADVOGADO : MARIANA JORGE TODARO - SP201455
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOAO VITOR APARECIDO DE MORAES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOAO VITOR APARECIDO DE MORAES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (1500886-41.2020.8.26.0545).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos de reclusão em regime inicialmente fechado e de 500 dias-multas pelo cometimento do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

A impetrante sustenta que:

No vertente caso, padeceu a sentenciante de fundamentação, posto que utilizou para não aplicar a diminuição processo em andamento, sem transito em julgado, meramente conjectural sem qualquer referência a situações concretas, e distanciadas do caso em julgamento, argumentos ratificados pelas demais instâncias. A Sentença reconhece a primariedade do Paciente, bem como nenhum fator desabonador aquém do tipo penal. Os requisitos legais restaram devidamente comprovados, motivo que o faz jus à redução legal, em seu grau máximo. (fl. 17)

Alega, ainda, que "O Paciente preenche os requisitos para o cumprimento da pena em regime aberto, em função da quantidade de pena a ser imposta e diante do reconhecimento das circunstâncias judiciais favoráveis na própria dosimetria da reprimenda, que fixou a pena base no mínimo legal." (fls. 21-22)

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para que o regime inicial do cumprimento da pena seja fixado em semiaberto.

No mérito, requer "seja concedida a ordem para, reconhecendo o ato coator, consistente no recorrido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal que a existência de processos em andamento, ainda que com condenação sem trânsito em julgado, não podem ser utilizados para aferição de qualquer desvalor, seja por maus antecedentes,

reincidência ou mesmo pela conduta social e personalidade do Paciente, fazer incidir o § 4º do art. 33 da Lei n.º 11343/06, posto que os requisitos legais restaram devidamente comprovados, inclusive na fixação da pena base, seja aplicada a causa de diminuição em seu grau máximo, ou seja, operando-se a redução de 2/3 da pena;" (fl. 23)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente